



# AH

## ARQUEOLOGIA & HISTÓRIA

Revista da Associação  
dos Arqueólogos Portugueses

Volumes 64-65  
2012-2013

---

150 ANOS  
DA ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES

---

  
ASSOCIAÇÃO  
DOS ARQUEÓLOGOS  
PORTUGUESES



# AH

ARQUEOLOGIA  
& HISTÓRIA

**AAP**  
ASSOCIAÇÃO  
DOS ARQUEÓLOGOS  
PORTUGUESES



Título

**Arqueologia & História**

Volumes

**64-65**

Edição

**Associação dos Arqueólogos Portugueses**

Largo do Carmo, 1200-092 Lisboa

Tel. 213 460 473 / Fax. 213 244 252

secretaria@arqueologos.pt

www.arqueologos.pt

Direcção

**José Morais Arnaud**

Coordenação

**José Morais Arnaud e João Marques**

Design gráfico

**Flatland Design**

Impressão

**Europress, Indústria Gráfica**

Tiragem

**300 exemplares**

Depósito legal

**73 446/93**

ISSN

**0871-2735**

© Associação dos Arqueólogos Portugueses

Os artigos publicados nesta revista são da exclusiva responsabilidade dos respectivos autores.

# ÍNDICE

5 Editorial

José Morais Arnaud

## **I CONGRESSO DA AAP – SESSÃO DE ABERTURA**

9 Nota de abertura

António Vermelho do Corral

15 Entre a Metamorfose e a Adaptação. De Associação dos Arquitectos Civis Portugueses a Real Associação dos Arquitectos Civis e Arqueólogos Portugueses (1863-1896)

Ana Cristina Martins

31 O Conde de São Januário, Presidente da Associação dos Arqueólogos Portugueses (1896-1901)

João Luís Cardoso

45 Tempos de Esperança. A Associação dos Arqueólogos Portugueses e a 1.ª República (1910-1926): Continuidades e Mudanças

Jorge Custódio

81 Na Intermittência do Ser e do Agir. A Associação dos Arqueólogos Portugueses no Estado Novo (1933-1963)

Ana Cristina Martins

## **COLÓQUIO PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO: DA INVESTIGAÇÃO À APRESENTAÇÃO PÚBLICA**

95 Introdução

Da Valorização do Património Arqueológico Português

João António Marques

101 *A Casa dos Pintores*: do Projeto de Reabilitação à Oficina Municipal de Arqueologia de Leiria

Vânia Carvalho, Vitória Mendes, Sofia Carreira, Ana Filipa Pinhal

115 Musealização da Arte Rupestre. Do Vale do Tejo e Gestão Integrada do Território: o Projecto do Museu de Mação

Luiz Oosterbeek

125 O Museu do Teatro Romano (Lisboa): um Teatro, um Museu e um Projecto de Investigação

Lídia Fernandes

141 Conimbriga: História, Gestão e Proteção de uma Cidade Romana

Virgílio Hipólito Correia, José Ruivo

153 O Parque Arqueológico do Vale do Terva (Boticas, Portugal). História, Desenvolvimento e Desafios

Lúis Fontes, Mafalda Alves

161 O Núcleo Museológico do Arrabalde Ribeirinho de Mértola

Virgílio Lopes, Lígia Rafael, Susana Gómez Martínez

171 Musealização do Espaço Arqueológico do Castelo de Palmela

Isabel Cristina F. Fernandes, Maria Teresa Rosendo, Michelle Teixeira Santos

183 Panóias – de Fragas a Santuário. O que Mostrar? E a Quem?

Isabel Freitas, Herculano Mesquita, Fernando Pádua, Orlando Sousa

191 Núcleo Arqueológico da Rua dos Correiros: da Intervenção à Investigação, Gestão e Apresentação Pública

Jacinta Bugalhão, Cristina Gameiro, Andrea Martins, Ana Filipa Braz

- 203 O Castelo de S. Jorge de Lisboa – Escavação, Musealização e Gestão de Património  
Alexandra Gaspar, Ana Gomes, Teresa Oliveira, Susana Serra
- 217 Resumos das Comunicações não remetidas

### **RELATÓRIOS**

- 223 Associação dos Arqueólogos Portugueses. Relatório da Direcção – 2012  
José Morais Arnaud
- 227 Relatório de Actividades da Direcção da AAP – 2013  
José Morais Arnaud
- 231 Relatório de Actividades da Secção de Pré-História – Anos Associativos 2012 e 2013  
Mariana Diniz, César Neves, Andrea Martins
- 235 Secção de História da AAP – Relatório de Actividades do Ano 2012. Plano de Actividades para o Ano 2013  
João Marques, Teresa Marques, Carlos Boavida
- 237 Secção de História da AAP – Relatório de Actividades do Ano 2013. Plano de Actividades para o Ano 2014  
João Marques, Teresa Marques, Carlos Boavida
- 241 Museu Arqueológico do Carmo / Associação dos Arqueólogos Portugueses. Actividades Coordenadas pela Área da Conservação em 2012  
Célia Nunes Pereira
- 247 Museu Arqueológico do Carmo / Associação dos Arqueólogos Portugueses. Relatório das Actividades Desenvolvidas pela Área da Conservação em 2013  
Célia Nunes Pereira

# O PARQUE ARQUEOLÓGICO DO VALE DO TERVA (BOTICAS, PORTUGAL). HISTÓRIA, DESENVOLVIMENTO E DESAFIOS

---

Luís Fontes<sup>1</sup>, Mafalda Alves<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho.

## Resumo

O vale superior do Rio Terva, em Boticas, apresenta um interessante quadro evolutivo de ocupação configurando-se, com os seus inúmeros testemunhos arqueológicos identificados, como um verdadeiro palimpsesto através do qual se poderá vislumbrar as diversas paisagens que abrigou.

O capital de conhecimento adquirido, a par da reconhecida importância dos valores patrimoniais do vale superior do Rio Terva, alguns dos quais classificados ou em vias de classificação, justificou um esforço de convergência de interesses e de ações entre o Município de Boticas e a Universidade do Minho, que entenderam promover o desenvolvimento de um ambicioso projeto cultural que tem em vista a criação do Parque Arqueológico do Vale do Terva/PAVT.

**Palavras-chave:** Paisagem Cultural, Arqueologia da Paisagem, Gestão de Património.

## Abstract

The Upper Terva River Valley presents an interesting pattern of occupation evolution, which will provide a glimpse of the valley's landscape past through known archaeological remains.

The knowledge already put away, coupled with the recognized importance of the Upper Terva River Valley's heritage justifies a convergence of interests and actions towards: a sustained valorization and integrated management of the existing heritage to promote its wider dissemination; the creation of public services; the increase of Boticas' cultural value and the internationalization of its ancient history and identity. Therefore, Boticas Municipality and the University of Minho came together with the mutual interest of promoting the development of an ambitious cultural project: the creation of the Terva Valley Archaeological Park/PAVT.

**Keywords:** Cultural Landscape, Landscape Archaeology, Heritage Management.

## 1. BREVE HISTÓRIA DO PROJETO

A origem do Projeto PAVT poderá recuar-se a 2005, ano em que o Município de Boticas e a Universidade do Minho celebraram um protocolo de colaboração e no âmbito do qual se realizou a atualização do inventário do património arqueológico que acompanhou a revisão do Plano Diretor Municipal de Boticas.

Nesse trabalho, que contemplou a avaliação do potencial de valorização integrada dos sítios arqueológicos, considerou-se que "(...) Do conjunto de sítios e achados de época romana, as explorações mineiras do Poço das Freitas afirmam-se como um valor patrimonial de grande interesse científico e histórico, cuja conservação e valorização devem merecer especial atenção por parte do município e das entidades da tutela.

(...) Para além do estabelecimento de uma zona de proteção alargada, que garanta a preservação da envolvente paisagística e permita corrigir algumas perturbações (saibreiras, escombrelas e caminhos), recomenda-se o desenvolvimento de um projeto de estudo que permita conhecer as características da exploração (extensão das áreas exploradas, técnicas de mineração, povoados associados), a par de um projeto de ordenamento paisagístico que estabeleça percursos de visita interpretados. (...)" (Fontes e Andrade, 2010:23).

Reconhecendo a importância do conjunto arqueológico e assumindo a implementação de uma política ativa de valorização dos recursos endógenos, em 2006 o Município de Boticas solicitou à Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho a elaboração de uma proposta de "Programa para a Conservação, Estudo, Valorização e Divulgação do Complexo Mineiro Antigo do Vale Superior do Rio Terva, Boticas".

Na elaboração do referido Programa prevaleceu uma perspectiva de intervenção integrada, apresentando-se uma caracterização sucinta e contextualizada da área objeto do programa, uma identificação das potencialidades e uma hierarquização dos valores patrimoniais, definindo-se opções de valorização e respetivas propostas de atuação (Fontes, 2013).

Ao nível das potencialidades identificaram-se como principais a investigação/ensino, o lazer/turismo e atividades económicas associadas. Na hierarquização de valores ordenaram-se em 1º lugar o Complexo Mineiro (Freitas, Limarinho e Batocas), em 2º lugar os povoados 'castrejos' e em 3º lugar as Aldeias (arquitetura tradicional). As opções de valorização foram orientadas para a qualificação dos bens patrimoniais em causa, na perspetiva da sua fruição pelo público. Assim, elegeram-se como fundamentais a instalação de um Centro de Interpretação em Bobadela, a criação de itinerários interpretados e o estudo arqueológico do povoado mineiro romano das Batocas e dos povoados 'castrejos' da cabeceira do Rio Terva. Nas propostas de atuação definiram-se como prioritárias a classificação do complexo mineiro antigo como bem cultural, o desenvolvimento de estudos e projetos, a construção de infraestruturas e instalação de equipamentos e finalmente a promoção, divulgação e *merchandising* do projeto (Fontes, 2013: 20-29).

Em 2010, o Município de Boticas viria a candidatar o "Programa para a Conservação, Estudo, Valorização e Divulgação do Complexo Mineiro Antigo do Vale Superior do Rio Terva, Boticas" a financiamento europeu, o qual recolheu aprovação no EEC PROVERE – PC/1/2010 e PA/1/2012 do Eixo Prioritário II – Valorização Económica de Recursos Específicos do ON.2 – O Novo Norte.

Em 2012 e face aos resultados positivos proporcionados pela execução do programa, o Município de Boticas e a Universidade do Minho convergiram no interesse mútuo de promover um mais ambicioso projeto cultural, renovando o protocolo de colaboração com vista à criação do Parque Arqueológico do Vale do Terva/PAVT, no sentido de garantir uma valorização sustentada e uma gestão integrada do valioso património identificado, tendo em vista promover a sua difusão alargada, a criação de serviços, o aumento da oferta cultural de Boticas e a internacionalização da história milenar e da identidade do seu território.

Já em 2013 e na perspetiva de assegurar uma base permanente de produção de conhecimento



científico vinculada ao PAVT, elaborou-se um PIPA (projeto de investigação plurianual em arqueologia) intitulado “Povoamentos e Paisagens no Vale Superior do Rio Terva, Boticas: PoPaTERVA 2013-2016”, aprovado pela DGPC e em curso de execução sob a direção científica do primeiro signatário.

## 2. DESENVOLVIMENTO DO PROJETO

Para memória futura e porque um projeto desta natureza nunca é obra apenas de quem assina a publicação de artigos, registamos aqui a equipa que concretizou o “Programa para a Conservação, Estudo, Valorização e Divulgação do Complexo Mineiro Antigo do Vale Superior do Rio Terva, Boticas”: Luís Fontes (direção do projeto e responsável científico), Mafalda Alves (adjunta de direção e corresponsável científica), Carla Martins (consultora científica), Paulo Bernardes (direção multimédia), Natália Botica (direção sistemas de informação), Bruno Osório (arqueologia), Maurício Guerreiro (arqueologia), Célia Gomes (biologia-Fauna), Duarte Silva (biologia-Flora), Adelino Gomes (arquitetura – Centro Interpretação); Marcos Teixeira (arquitetura – Casa das Memórias), Tiago Rodrigues (design), Cristina Barros (gestão administrativa – Município Boticas), Guilhermina Bonjardim (gestão administrativa-Universidade do Minho), HDI/Deira, Fontes e Machado, Lda. (vídeos), Miguel Carneiro (ator), Complexus/CADPR, Unipessoal, Lda. (módulos expositivos e réplica de mina-Centro de Interpretação).

### 2.1. Dos Recursos da Paisagem

O território do PAVT é uma área geográfica contínua com cerca de 60 km<sup>2</sup>, demarcada no lado norte do concelho de Boticas, no distrito de Vila Real.

Abarca a cabeceira do Rio Terva, encaixada entre as Serras do Leiranco, a poente e de Lapabar, a nascente, que se juntam a norte nos montes de Ardãos e de Seara Velha, por cujas encostas descem as ribeiras do Calvão e da Sangrinheira até confluir no início do vale, em Sapelos, dando início ao traçado do Rio Terva, afluente da margem direita do rio Tâmega (Figura 1).



Figura 1 – Localização do PAVT-Parque Arqueológico do Vale do Terva (Tiago Rodrigues).

Este troço inicial do rio Terva configura um amplo alvéolo aplanado, pontuado por inúmeras colinas e outeiros, onde afloram as massas graníticas modeladas pelos movimentos tardi-hercínicos, apresentando muitas dessas massas graníticas veios ou filões quartzíferos que incorporam mineralizações correspondentes a jazidas primárias de ouro.

Do ponto de vista biogeográfico, o vale do Rio Terva coincide com a zona de transição Euro-siberiana e Mediterrânica, condição que lhe confere uma grande diversidade florística e faunística, patente em vários nichos ecológicos do vale.

A paisagem humana do vale do Rio Terva é vinicamente marcada por três elementos naturais fundamentais, propiciadores da fixação humana: amplas zonas de pastagens e solos com potencial agrícola; abundância de água e de recursos minerais, principalmente auríferos; e por fim, fácil acessibilidade, constituindo-se como corredor natural de comunicação entre o planalto barrosão (Montalegre) e a ampla planície do troço médio do vale do Tâmega (veiga de Chaves).

Fruto, em grande parte, da circunstância particular da localização do vale do Rio Terva, as caracterís-

ticas da elevada taxa de biodiversidade devem-se também ao sapiente equilíbrio que as populações do vale têm conseguido manter na articulação com o ecossistema.

O território do PAVT integra atualmente 5 aldeias, Ardãos, Bobadela, Nogueira, Sapelos e Sapiãos, aldeias de origem medieval (Sécs. XII-XIII) nas quais residem cerca de 1300 habitantes.

É a população atual que, apesar das dificuldades do presente, mantém as características essenciais da paisagem, dominada pelos bosques do vale, pelas veigas agricultadas em torno das aldeias e pelas cumeadas pedregosas.

O território do PAVT possui ainda um vasto e rico património arqueológico, de que se destacam, entre cerca de trinta referências, 9 povoados fortificados tipo ‘castros’, 12 sítios romanos (povoados, zonas de mineração e via) e 2 sítios medievais (castelo ‘roqueiro’ e povoado), que testemunham uma intensa mas diversa ocupação do vale na longa duração (Fontes e Andrade, 2010 e 2012).

## 2.2. Da Investigação

Tal como recomendado na proposta elaborada pela Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho (Fontes, 2013: 31-32), a execução do “Programa para a Conservação, Estudo, Valorização e Divulgação do Complexo Mineiro Antigo do Vale Superior do Rio Terva, Boticas” contemplou a realização de estudos preliminares nas áreas da arqueologia, da biologia e da geologia, que sustentaram a produção dos conteúdos que integram a exposição permanente do Centro de Interpretação do PAVT, em Bobadela.

No caso da geologia beneficiou-se dos trabalhos precedentes, pois a existência de importantes recursos minerais na região há muito que havia suscitado a atenção dos geólogos (Ramos, 2010).

Ao nível da biologia, os estudos proporcionaram resultados surpreendentes, pois os inventários da fauna (com 266 espécies – Gomes, 2013) e da flora (com 480 taxa – Silva, 2013) revelaram o extraordinário valor de biodiversidade do território, em que releva a existência de espécimes de fauna

representadas no Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal e de espécimes florísticas protegidas pela Diretiva Habitats.

Iniciaram-se igualmente os estudos de paleoecologia, através da recolha de amostras de sedimentos para análises polínicas, de cuja análise se espera obter resultados que permitam caracterizar a evolução da cobertura vegetal em correlação com a sucessão de ocupação humana do vale.

Os estudos arqueológicos orientaram-se para o aprofundamento do inventário através de prospeções extensivas e intensivas, para o levantamento topográfico detalhado dos povoados fortificados ‘castrejos’ e para a realização de levantamentos e sondagens arqueológicas de diagnóstico no povoado mineiro romano das Batocas.

O conjunto de resultados obtidos permitiram elaborar uma primeira síntese interpretativa da evolução da ocupação do território do PAVT na longa duração, que serviu também para produzir os conteúdos que integram a exposição permanente do Centro de Interpretação, instalado em Bobadela.

De facto, do Calcolítico até à Contemporaneidade, os dados da arqueologia testemunham diversos e complexos processos de ocupação, que se sucedem evidenciando o caráter dinâmico da conformação da paisagem do vale do Terva, como se resume a seguir (Fontes *et al.*, 2011b; Fontes e Alves, 2013b).

Os primeiros indícios de ocupação remontam ao Calcolítico, período para o qual foram identificados vestígios esparsos de ocupação na zona central do vale, nas proximidades daquele que viria a ser um dos núcleos centrais da exploração de ouro, o Limarinho.

Apesar dos igualmente poucos vestígios de ocupação atribuíveis à Idade do Bronze, período para o qual se admite a existência de ocupação em dois povoados, é na Idade do Ferro que o povoamento no vale do Terva se densifica verdadeiramente, registando-se a existência de nove povoados fortificados.

Considerando a reduzida dimensão da área de estudo e a dispersão de povoamento na envolvente

próxima, constata-se uma significativa concentração de povoados da Idade do Ferro no vale do Terva, denunciando a existência de mecanismos de articulação que, em nosso entender, não serão alheios à exploração dos recursos minerais do vale do Terva.

Estes recursos minerais, especialmente os auríferos, serão explorados intensivamente em época romana, datando deste período as marcas mais significativas da alteração artificial da paisagem do Terva, traduzidas em grandes áreas escavadas e na deposição dos correspondentes volumes de inertes, decorrentes da extração mineira.

Pouco se sabe dos modelos de articulação entre as comunidades pré-existentes e a estrutura de gestão romana. Mas identifica-se, desde logo, uma inovação, que é a instalação preferencial de novos povoados na proximidade dos eixos viários do império e junto dos grandes polos de extração mineira, aqui sob a forma de núcleos mineiros especializados, como é o caso do povoado das Batocas, no qual se identificaram estruturas diretamente relacionadas com a metalurgia do ouro.

O abandono progressivo da exploração intensiva do ouro terá acontecido, à semelhança do que aconteceu noutros centros mineiros do Noroeste Peninsular, em torno do séc. II, embora se admita a sua continuidade posterior, mas de modo descontínuo e pontual.

Nos limiares da Idade Média, período em que o seu território se havia convertido numa área de fronteira administrativa entre Portugal e a Galiza, o vale do Terva volta a conhecer uma significativa alteração da estrutura de povoamento.

É nesta altura que surgem nesta área seis novas aldeias: Sapiãos, Sapelos, Bobadela, Nogueira, Ardãos e Paredes, esta última extinta no século XVI. As restantes aldeias mantiveram-se até aos nossos dias como centros de articulação fundamentais do território, estando documentadas como núcleos populacionais desde meados do séc. XIII, designadamente nas Inquirições afonsinas de 1258.

A partir da Idade Média verifica-se uma reorientação da economia do vale, agora vocacionada para a exploração agro-pastoril. Este facto parece ter de-

terminado a escolha dos locais de implantação das aldeias, que se situaram nas bordaduras do vale ordenando os mais férteis terrenos das envolventes, numa clara vinculação das suas áreas de exploração às distintas bacias hidrográficas desenhadas pelas encostas das serras envolventes.

Apesar de existirem evidências de exploração pontual do ouro no Vale do Terva na Idade Moderna e em pleno séc. XX, a mineração não mais voltou a ser o centro da atividade económica desta área, mantendo-se pouco alterado o sistema esboçado na Idade Média.

### **2.3. Da Valorização**

A componente de valorização do projeto PAVT, que como referimos acima se orientou para a qualificação da fruição do património por parte do público, concretizou-se num conjunto de ações que se consideraram prioritárias para a prossecução desse objetivo: a classificação do complexo mineiro antigo como bem cultural, a construção de infraestruturas e instalação de equipamentos, a promoção e divulgação e o desenvolvimento de estudos e projetos.

O processo de classificação do complexo mineiro antigo iniciou-se em 2006 com a elaboração de uma Memória pela Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho para informar a proposta de classificação a submeter ao então Instituto Português do Património Arquitetónico e Arqueológico, processo tramitado pela Direção Regional de Cultura do Norte/Direção de Serviços dos Bens Culturais e que veio a concluir-se em 2013 com a classificação do Complexo Mineiro Antigo do Vale Superior do Rio Terva como Sítio de Interesse Público (Portaria n.º 386/2013, DR, II Série, n.º 115, de 18 de Junho de 2013, pp.38968-9).

Tal como sublinha o despacho de classificação, "(...) Seja pela grandiosidade e estado de conservação das suas várias estruturas, seja pelas características únicas de autenticidade, originalidade e monumentalidade que detém, de resto sem paralelo regional, este conjunto constitui um dos mais importantes complexos mineiros antigos nacionais e uma estrutura notável no âmbito dos processos de indús-

tria extrativa da Antiguidade, afirmando-se pela tipologia da exploração, pela amplitude e pela qualidade do seu enquadramento e envolvente paisagística.

A classificação do Complexo Mineiro do Vale Superior do Rio Terva reflete os critérios constantes do artigo 17.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, relativos ao valor técnico e material intrínseco do bem, à sua conceção arquitetónica, urbanística e paisagística, à sua importância do ponto de vista da investigação histórica ou científica e às circunstâncias suscetíveis de acarretarem diminuição ou perda da sua perenidade ou integridade. (...)”.

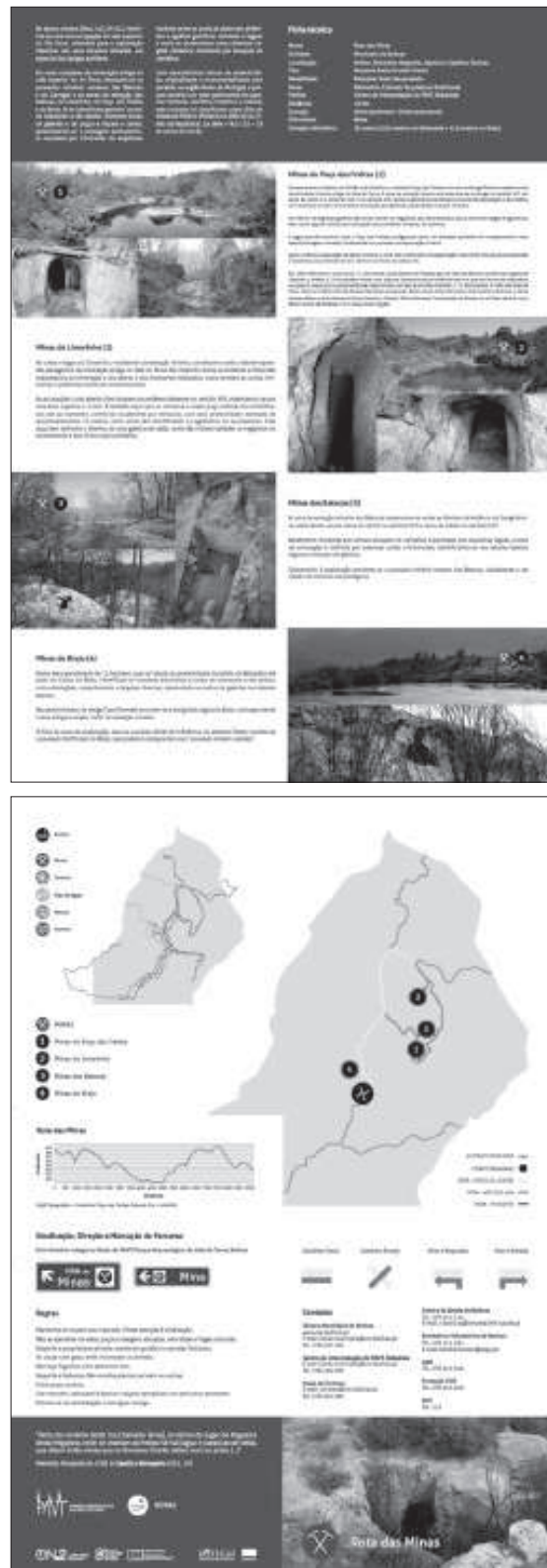
Ao nível das infraestruturas e equipamentos deu-se prioridade à instalação do Centro de Interpretação do PAVT, à construção de plataformas de observação e à construção de uma área social.

O Centro de Interpretação instalou-se na aldeia de Bobadela, restaurando e adaptando a antiga casa paroquial. Para além das salas de exposição permanente, possui um auditório com capacidade para 70 participantes. Funciona como lugar de conhecimento, albergando conteúdos expositivos que apresentam as características e história do território, facultando ao visitante informação que permite partir à descoberta da paisagem cultural do vale superior do rio Terva.

Para facilitar a visitação do território e de sítios importantes e proporcionar uma perceção de descoberta e simultaneamente apelativa dos sentidos, desenhou-se uma rede de itinerários interpretados multitemáticos (Aldeias, Castros, Minas, Natura e Vias Antigas) e construíram-se plataformas de observação no Castro de Sapelos, nas cortas de extração mineira do Limarinho e na Lagoa do Brejo.

A área social foi instalada junto do Santuário de Nossa Senhora das Neves, que beneficia de um enquadramento paisagístico de grande tranquilidade, requalificando-se o espaço com instalações para serviço de cafeteria-bar, esplanada e sanitários.

A rede de equipamentos do PAVT inclui ainda a *Casa das Memórias*, que albergará uma coleção etnográfica recolhida pela população de Bobadela e que ficará instalada numa casa de grande valor arquitetónico no centro da aldeia de Bobadela, que foi adquirida pelo Município de Boticas para esse efeito.



Figuras 2 – Roteiros do PAVT. Rota das MINAS.

Em relação à promoção e divulgação do PAVT e para além da abertura do Centro de Interpretação em julho de 2013 (com 1200 visitantes contabilizados até final desse ano), investiu-se na produção e edição de publicações (Fontes e Alves, 2013a; Gomes, 2013; Silva, 2013), na difusão nacional e internacional do projeto através da participação dos investigadores em reuniões científicas (Fontes e Alves 2013b; Fontes, Osório e Alves, 2013; Fontes *et al.*, 2011b) e, para projeção internacional, na organização do Simpósio Internacional “Paisagens Mineiras Antigas na Europa Ocidental. Investigação e Valorização Cultural”, que se realizará em 25-27 de julho de 2014.

### 3. QUE FUTURO PARA O PAVT?

Iniciamos este capítulo com algumas considerações de ordem financeira, económica e social. A execução do “Programa para a Conservação, Estudo, Valorização e Divulgação do Complexo Mineiro Antigo do Vale Superior do Rio Terva, Boticas” traduziu-se num investimento de 1.807.089,00 €, composto por financiamento da União Europeia através do FEDER (Eixo Prioritário II – Valorização Económica de Recursos Específicos do ON.2 – O Novo Norte), do Município de Boticas e da Universidade do Minho, nos montantes respetivamente de 1.138.961,30 €, 488.127,70 € e 180.000,00 €.

Para além de ter gerado automática e imediatamente uma receita para o Estado Português na ordem dos 400.000,00 €, por via da incidência do IVA, as verbas investidas foram aplicadas na contratação de serviços, execução de obras e aquisição de equipamentos que, para além de dinamizarem a economia local e regional, se traduziram na arrecadação de receitas para o Estado, por via da coleta dos impostos correspondentes às atividades económicas exercidas (IRC e IRS), num valor estimado de 300.000,00 €.

Contas simples que demonstram, ainda que de modo elementar, que o investimento em investigação, conhecimento e valorização do património não dão prejuízo, não são gastos sem retorno,

não são ‘deitar dinheiro fora’, antes pelo contrário, ativam a economia e são mesmo suscetíveis de gerar rendimento.

E se tivermos em conta, como é absolutamente obrigatório ter, para efeitos destas considerações sobre o impacte económico do projeto, que a sua execução proporcionou a criação direta de 4 novos postos de trabalho e a manutenção de cerca de outros 6 já existentes, ao longo dos seus quatro anos de execução, sobressai o inequívoco impacte social do projeto, justamente traduzido na criação e manutenção de emprego, o que não é despreciando no atual contexto socioeconómico de Portugal e mais ainda numa região fortemente penalizada pelos custos da interioridade, como é o caso do concelho de Boticas.

Embora estes apontamentos não correspondam a uma realidade consolidada, a verdade é que estes indicadores económicos e sociais, francamente positivos, significam para as comunidades que hoje habitam o vale do Terva o aumento do fluxo de pessoas em circulação e um estímulo fundamental à procura e à oferta de serviços relacionados com o usufruto do PAVT pelos seus visitantes. Estão, portanto, lançadas as bases para a criação de um polo microeconómico assente nas potencialidades locais que, desde que devidamente apoiadas e estimuladas, poderão constituir uma âncora de fixação das comunidades locais.

Pretende-se que o PAVT seja um parque arqueológico com carácter geográfico contínuo, com um conjunto de sítios arqueológicos e monumentos históricos que se constituem como elementos patrimoniais relevantes e representativos das diversas paisagens que se configuraram na longa ocupação humana do território. O objetivo principal será sempre o da promoção do seu território, apoiado na exploração das suas potencialidades ao nível do turismo histórico, cultural e da natureza, que devem ser suportadas pela investigação continuada e subsequente transferência de conhecimento.

Não sendo, por opção, um Parque Arqueológico Nacional e portanto sem as condicionantes de uma estrutura vinculada ao mais pesado aparelho da

administração central, o PAVT deverá configurar-se como uma unidade operativa de gestão municipal, eventualmente em parceria com a Universidade do Minho e em modalidade a acordar, num compromisso de desenvolvimento mútuo assente na construção de um modelo de gestão orientado para a sustentabilidade, com base na conservação dos recursos, na consolidação da investigação científica, no reforço das infraestruturas e na promoção e divulgação.

Mas porque as paisagens são, sempre, o resultado da interação Cultura-Natureza, o sucesso do PAVT será indissociável do bem-estar das suas populações. É também condição necessária que as populações, em conjunto com os diversos agentes com responsabilidades no pensar e fazer paisagem, possam continuar a 'fazer' a paisagem do vale do Terva, com base na tomada de consciência de que a paisagem por si modelada é o reflexo dos seus valores coletivos, é o seu 'bilhete de identidade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES, L. (2013). Proposta de Programa para a Conservação, Estudo, Valorização e Divulgação do Complexo Mineiro Antigo do Vale Superior do Rio Terva, Boticas. *Trabalhos Arqueológicos da U.A.U.M. / MEMÓRIAS*, N.º 40, Braga: Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho.

<https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/24693>

FONTES, Luís e ALVES, Mafalda (2013a). *O Projeto PAVT, Boticas*, Câmara Municipal de Boticas e Universidade do Minho: Boticas.

Fontes, Luís e Alves, Mafalda (2013b). The Terva Valley Archaeological Park/ PAVT: building a landscape with archaeology, in *Landscape & Imagination. Towards a new baseline for education in a changing world*, Paris: École Nationale Supérieure d'Architecture de Paris-La Villette, pp.157-160.

Fontes, Luís e Andrade, Francisco (2010). Revisão do Inventário Arqueológico do Concelho de Boticas. Relatório Final. *Trabalhos Arqueológicos da U.A.U.M. / MEMÓRIAS*, n.º 8. Braga: Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho.

<https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/11043>

Fontes, Luís e Andrade, Francisco (2012). O Traçado da Via Bracara – Asturica, por Aquae Flaviae, no concelho de Boticas. *Trabalhos Arqueológicos da U.A.U.M. / MEMÓRIAS*, N.º 24, Braga: Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho.

<https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/16561>

FONTES, Luís, OSÓRIO, Bruno e ALVES, Mafalda (2013). O Projeto PAVT (Boticas, Portugal). Estudo, Valorização e Divulgação de Uma Paisagem Cultural, in *Arqueologia em Portugal. 150 Anos* (coord. J. M. Arnaud, A. Martins, C. Neves), Associação dos Arqueólogos Portugueses: Lisboa, pp.213-217.

<https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/26833>

FONTES, Luís; ALVES, Mafalda; MARTINS, Carla; DELFIM, Bruno; LOUREIRO, Eurico (2011). Paisagem, Povoamento e Mineração Antigas no vale alto do Rio Terva, Boticas. In *Povoamento e Exploração de Recursos Mineiros na Europa Atlântica Ocidental*, (coord. de Martins, C., Bettencourt, A., Martins, J. e Carvalho, J.), Braga: CITCEM / APEQ, p.203-219.

GOMES, Célia (coord.) (2013). *FAUNA. Atlas da Fauna do Parque Arqueológico do Vale Superior do Rio Terva*, Boticas: Município de Boticas.

RAMOS, João (2010). Principais Recursos Minerais dos Concelhos de Chaves, Montalegre e Boticas, in *Mineração e povoamento na antiguidade no Alto Trás-os-Montes Ocidental*, (coord. de Carla Martins), Porto: CITCEM/Afrontamento, p.27-45.

SILVA, Duarte (coord.) (2013). *FLORA. Atlas da Flora do Parque Arqueológico do Vale Superior do Rio Terva*, Boticas: Município de Boticas.